



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO

EDITAL

PROCESSO SELETIVO 2018/2 PARA OS CURSOS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, NAS FORMAS CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, NA MODALIDADE PRESENCIAL

O DIRETOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO, nomeado pelo Decreto Portaria nº 89/2018/REI/IFTO de 26 de Janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 30 de Janeiro de 2018, nº 21, seção 2, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público o presente edital de **Processo Seletivo 2018/2**, com oferta de 70 vagas, para ingresso em cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas concomitante e subsequente ao ensino médio, na modalidade presencial, no *campus* Avançado Lagoa da Confusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO -, para o segundo semestre letivo de 2018.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Caberá ao candidato fazer o acompanhamento deste edital no *site* do Instituto Federal do Tocantins - IFTO - (<http://lagoa.ifto.edu.br/>) e nas portarias ou nas dependências principais do *campus*, o qual se encontra listado no Anexo I – QUADRO DE ENDEREÇOS - deste edital.

1.2. É obrigatório ao candidato, ao seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal, tomar conhecimento de todas as normas e procedimentos indicados neste edital e nas demais publicações pertinentes, sendo que a inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

1.3. No ato da inscrição, o candidato deverá informar, além dos dados pessoais, o endereço completo, *e-mail*, telefone fixo ou celular (se houver).

1.3.1. Não será aceita, em hipótese alguma, a utilização de CPF e/ou RG de pais ou familiares para efetuar a inscrição neste Processo Seletivo.

1.4. Este Processo Seletivo fica sob a responsabilidade da Comissão do Processo Seletivo 2018/2, nomeada pela Portaria n.º 628/2018/REI/IFTO, de 4 de junho de 2018, a qual é responsável por todas as informações necessárias para a divulgação do Processo Seletivo 2018/2, além de planejar e coordenar as ações inerentes às suas fases de logística e execução.

2. DA VALIDADE E SELEÇÃO

2.1. O Processo Seletivo anunciado neste edital terá validade para matrícula no IFTO - *campus* Avançado Lagoa da Confusão, no segundo semestre 2018, dentro dos limites de vagas apresentados no Anexo XV, por curso e turno.

3. DAS MODALIDADES DE ENSINO TÉCNICO OFERTADAS

3.1. **Cursos técnicos concomitantes ao ensino médio:** poderão inscrever-se para os cursos técnicos na forma concomitante ao ensino médio os candidatos que tenham o ensino fundamental completo e estejam matriculados e cursando

o ensino médio, efetuando-se matrículas distintas para cada curso. Este estudante só receberá o diploma de técnico mediante a apresentação do certificado de conclusão do ensino médio.

3.2. Cursos técnicos subsequentes ao ensino médio: poderão inscrever-se para os cursos técnicos na forma subsequente ao ensino médio os candidatos que tenham o ensino médio completo.

4. DOS TURNOS OFERTADOS

4.1. Turno matutino: curso em que a maior parte da carga horária é oferecida até as 12h, todos os dias da semana.

4.2. Turno noturno: curso em que a maior parte da carga horária é oferecida após as 18h, todos os dias da semana.

5. DAS VAGAS E CURSOS

5.1. O IFTO - *campus* Avançado Lagoa da Confusão oferecerá vagas em 3 (três) modalidades de concorrência, de acordo com a existência de vagas em cada modalidade:

a) ampla concorrência (AC);

b) reservas de vagas de que tratam a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016, e o Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto n.º 9.034, de 20 de abril de 2017;

c) ações afirmativas.

5.2. As vagas oferecidas para o Processo Seletivo 2018/2 neste edital atendem ao disposto na Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012, alterada pela Portaria Normativa n.º 9, de 5 de maio de 2017, ambas do Ministério da Educação, que dispõem sobre a implementação das reservas de vagas em Instituições Federais de Ensino de que tratam a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016, e o Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto n.º 9.034, de 20 de abril de 2017, e encontram-se especificadas no Anexo VIII deste edital.

6. DA RESERVA DE VAGAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

6.1. Das reservas de vagas.

6.1.1. Em consonância com o disposto na Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016, no Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto n.º 9.034, de 20 de abril de 2017, na Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012, alterada pela Portaria Normativa n.º 9, de 5 de maio de 2017, ambas do Ministério da Educação, o IFTO reserva 50% (cinquenta por cento) do total das vagas ofertadas por curso/turno/*campus* para candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escolas públicas, conforme discriminado a seguir (quadro de distribuição de vagas constante no Anexo XV):

I - **R1** candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), com deficiência, que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

II - **R2** candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

III - **R3** candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escola pública, com deficiência, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

IV - **R4** candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em

proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

V - **R5** candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), com deficiência, que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

VI - **R6** candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

VII - **R7** candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escola pública, com deficiência, com renda superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

VIII - **R8** candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%).

6.2. Ações afirmativas

I - **A1** candidatos egressos do Instituto de Menores do Estado do Tocantins (antigo Instituto São José) que comprovem o vínculo com o instituto no último ano de funcionamento: 2012;

II - **A2** candidatos afrodescendentes residentes em quilombos;

III - **A3** candidatos assentados pela reforma agrária;

IV - **A4** candidatos indígenas;

V - **A5** candidatos com deficiência.

6.3. Especificidades do processo de seleção dos candidatos à reserva de vagas

6.3.1. De acordo com a Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação, considera-se escola pública, para os fins deste edital, a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público, nos termos do art. 19, I, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6.3.2. Em conformidade com o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as escolas conveniadas NÃO são consideradas como escola pública.

6.4. No caso de não preenchimento das vagas destinadas a alguma das modalidades de ações afirmativas, serão chamados os candidatos suplentes da modalidade de ampla concorrência.

6.4.1. No caso de não preenchimento das vagas destinadas a alguma das modalidades de reserva de vagas, serão chamados os candidatos suplentes classificados nas outras modalidades, conforme a seguinte ordem de preferência:

I - **R1** candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), com deficiência, que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos concomitantes; que concluíram integralmente o ensino médio em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos subsequentes, e que tenham renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

II - **R2** candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos concomitantes; que concluíram integralmente o ensino médio em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos subsequentes, e que tenham renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

III - **R3** candidatos com deficiência que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos concomitantes; que concluíram

integralmente o ensino médio em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos subsequentes, e que tenham renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

IV - **R4** candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos concomitantes; que concluíram integralmente o ensino médio em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos subsequentes, e que tenham renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

V - **R5** candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), com deficiência, que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos concomitantes; que concluíram integralmente o ensino médio em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos subsequentes, e que tenham renda superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

VI - **R6** candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos concomitantes; que concluíram integralmente o ensino médio em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos subsequentes, e que tenham renda superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

VII - **R7** candidatos com deficiência que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos concomitantes; que concluíram integralmente o ensino médio completo em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos subsequentes, e que tenham renda superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

VIII - **R8** candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos concomitantes; que concluíram integralmente o ensino médio em escola pública, no caso dos candidatos aos cursos técnicos subsequentes, e que tenham renda superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

IX - As vagas retornam para a modalidade de ampla concorrência.

6.5. Comprovação da reserva de vagas e ações afirmativas

6.5.1. Os candidatos que se inscreveram em qualquer uma das modalidades de reserva de vagas e ações afirmativas descritas nos itens 6.1 e 6.2 deste edital deverão entregar documentos que comprovem a condição afirmada, em envelope lacrado, com identificação na parte externa contendo "nome do candidato, número de inscrição e curso para o qual concorre à vaga", no setor de protocolo ou equivalente do *campus* Avançado Lagoa da Confusão em data prevista no Anexo II – CRONOGRAMA deste edital, conforme horário do setor.

6.5.1.1. Os candidatos **não** poderão enviar os documentos aos quais se refere o item 6.5.1 via postal.

6.5.2. Para cada modalidade de reserva de vagas e ações afirmativas serão exigidos, para fins de comprovação, os documentos descritos nos Anexos V e VIII.

6.5.3. O envelope entregue deverá conter a totalidade dos documentos requeridos para análise e validação.

6.5.4. É de inteira responsabilidade do candidato a entrega dos documentos exigidos para comprovação da modalidade de reserva de vagas ou de ações afirmativas para a qual se inscreveu.

6.5.5. No ato do protocolo será entregue ao candidato o comprovante de recebimento do envelope lacrado.

6.5.6. A documentação e o formulário de informações socioeconômicas entregues pelo candidato no setor de protocolo ou equivalente do *campus* Avançado Lagoa da Confusão no

qual está inscrito serão avaliados por uma comissão multiprofissional, nomeada para este fim, constituída nessa unidade.

6.5.6.1. A avaliação realizada pela comissão multiprofissional do IFTO - *campus* Avançado Lagoa da Confusão quanto à condição de pessoa preta ou parda considerará os seguintes aspectos:

- a) informação prestada no ato da inscrição quanto à condição de pessoa preta ou parda;
- b) autodeclaração assinada pelo(a) candidato(a) (Anexo VI) ratificando sua condição de pessoa preta ou parda, indicada no ato da inscrição;
- c) fenótipo apresentado pelo(a) candidato(a) em foto enviada junto com a documentação.

6.5.6.2. Para determinação do número máximo de documentação que será avaliada pela comissão multiprofissional, adotar-se-á o seguinte critério: a quantidade máxima de documentação dos candidatos que optaram pelas modalidades de reserva de vagas ou de ações afirmativas avaliadas será igual ao número de vagas destinadas para cada modalidade de cada curso multiplicada por 7 (sete).

6.5.7. O candidato que não atender ou não entregar os documentos exigidos para comprovar a sua adequação às modalidades de reserva de vagas ou de ações afirmativas no prazo estabelecido no cronograma (Anexo II) perderá o direito à concorrência para as vagas destinadas a essas modalidades, sendo automaticamente **remanejado para a modalidade de ampla concorrência**.

6.5.8. O candidato será considerado não enquadrado na condição de pessoa preta ou parda quando:

- a) não cumprir os requisitos indicados no subitem 6.5.6.1.;
- b) houver unanimidade entre os integrantes da comissão multiprofissional quanto ao não atendimento do quesito cor ou raça por parte do(a) candidato(a).

6.5.9. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da análise dos documentos comprobatórios de adequação às modalidades de reserva de vagas e de ações afirmativas, em campo próprio no *site*, na data estabelecida no cronograma (Anexo II) do edital.

6.5.10. Após a análise dos recursos, será divulgada a relação final dos candidatos com inscrições homologadas nas modalidades de reserva de vagas e de ações afirmativas, e se for o caso, os candidatos serão remanejados para a ampla concorrência.

6.6. O cálculo da renda

6.6.1. A renda familiar bruta mensal *per capita* será apurada de acordo com o seguinte procedimento de cálculo:

- I - calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família a que pertence o candidato, levando-se em consideração os 3 (três) meses anteriores à data de convocação do candidato no processo seletivo para comprovação da renda;
- II - calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados; e
- III - divide-se o valor da média mensal apurado pelo número de pessoas da família do candidato.

6.6.2. No cálculo referido no inciso I do item anterior serão computados os rendimentos de qualquer natureza percebidos pelas pessoas da família, a título regular ou eventual, inclusive aqueles provenientes de locação ou de arrendamento de bens móveis e imóveis.

6.6.3. Estão excluídos do cálculo de que trata o item 6.6.1:

- I - os valores percebidos a título de:
 - a) auxílios para alimentação e transporte;
 - b) diárias e reembolsos de despesas;
 - c) adiantamentos e antecipações;

- d) estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- e) indenizações decorrentes de contratos de seguros;
- f) indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial; e

II - os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:

- a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
- d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem (ProJovem);
- e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e
- f) demais programas de transferência condicionada de renda, implementados pela União, Estados, Distrito Federal ou municípios.

7. DA INSCRIÇÃO E DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

7.1. As inscrições para as vagas constantes no item 5 estarão abertas conforme cronograma disposto no Anexo II e serão feitas exclusivamente por meio da internet no endereço eletrônico: <http://lagoa.ifto.edu.br/>.

7.2. O requerimento de inscrição deverá ser devidamente preenchido e é de caráter obrigatório.

7.3. **Não** haverá cobrança de taxa de inscrição.

7.4. A confirmação da inscrição será processada em até 2 (dois) dias úteis após o preenchimento do requerimento de inscrição e poderá ser acompanhada pelo *site* <http://lagoa.ifto.edu.br/>. O IFTO não envia qualquer correspondência a título de confirmação de inscrição em processo seletivo.

7.4.1. As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não atender a todos os requisitos fixados estará excluído do Processo Seletivo.

7.4.2. No formulário de inscrição será obrigatória o preenchimento de todas as informações, como **dados pessoais, número do documento de identidade, CPF, telefone, e-mail** (válido) do próprio candidato e, imprescindivelmente, o envio **histórico escolar**, por meio de arquivo anexo nos formatos ".pdf", ".bmp", ".jpg" ou ".png", legível, bem como os anexos necessários conforme necessidades do candidato.

7.5. O candidato deverá, obrigatoriamente, no preenchimento do requerimento de inscrição, indicar sua 1ª opção de escolha de curso ao qual pretende concorrer e poderá ainda, para um eventual aproveitamento, indicar a 2ª opção de curso. A 1ª opção lhe permitirá concorrer à vaga do curso correspondente, e a 2ª, à vaga do outro curso escolhido.

7.5.1. O curso escolhido como 2ª opção deverá ser, obrigatoriamente, no mesmo *campus* do curso escolhido na 1ª opção.

7.5.2. A 2ª opção é considerada secundária à 1ª opção, sendo esta prioritária e preferível pelo candidato.

7.5.3. A 2ª opção somente será utilizada caso esgotadas todas as formas de preenchimento dos candidatos da 1ª opção. Restando vagas ociosas e não havendo mais candidatos à 1ª opção a serem convocados, proceder-se-á à convocação dos candidatos aprovados na 2ª opção em ordem de classificação.

7.5.4. A matrícula do candidato na 1ª opção representa sua rejeição tácita à 2ª opção, não sendo, por isso, convocado para esta última.

7.5.5. A não realização de matrícula na 1ª opção pelo candidato convocado representará sua eliminação do certame, não podendo este ser aproveitado em 2ª opção.

7.5.6. Não será considerada a política de reserva de vagas e de ações afirmativas na 2ª opção.

7.5.7. O candidato que desejar inverter a ordem de sua opção de curso poderá fazê-lo no *link* disponível no *site* <http://lagoa.ifto.edu.br/>, conforme prazo para alteração de dados descrito no Anexo II.

7.6. O candidato poderá realizar alterações dos seus dados pessoais, dados com relação ao curso, modalidade, reserva de vagas e ação afirmativa até a data estabelecida no cronograma (Anexo II), exclusivamente por meio do *link* disponível no *site* <http://lagoa.ifto.edu.br/>.

7.7. Não será concedida, em qualquer hipótese, a transferência da inscrição para outro candidato.

7.8. O IFTO - *campus* Avançado Lagoa da Confusão não se responsabiliza por inscrições não efetivadas por motivo de ordem técnica em computadores, congestionamento de rede, falhas em linhas de comunicação, quedas de energia, assim como qualquer outro fator que impossibilite o registro da inscrição via endereço eletrônico oficial.

8. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

8.1. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

9. DA SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

9.1. O processo de seleção será através da Avaliação de Histórico Escolar de acordo com o item 11 deste edital.

9.2. Para a modalidade **concomitante**, deverá ser apresentado o histórico escolar do ensino fundamental II, ou equivalente.

9.3. Para a modalidade **subsequente**, deverá ser apresentado o histórico escolar do ensino médio, ou equivalente.

10. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

10.1. O candidato deverá informar corretamente, no espaço destinado no formulário de inscrição, o número do documento de identificação e do CPF, bem como todos os dados obrigatórios requeridos no preenchimento do formulário de inscrição.

10.1.1. Para fins de identificação do candidato, não será aceito o protocolo da solicitação de retirada de documento de identificação junto ao órgão expedidor.

10.1.2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível que o candidato esteja com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado.

10.1.3. No ato da inscrição é obrigatório anexar o **histórico escolar** ao requerimento de inscrição, conforme disposto nos itens 9.2 e 9.3.

10.1.4. O documento exigido no item 10.1.3 deve ser legível, sendo isso de total responsabilidade do candidato, sob pena de ELIMINAÇÃO do certame.

10.1.5. Terá a sua inscrição CANCELADA e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que usar documentos de terceiros para realizar a sua inscrição, podendo a Comissão utilizar-se de identificação datiloscópica para averiguar o cumprimento da disposição deste item.

10.2. Somente serão considerados como documentos de identificação aqueles expedidos pela Secretaria/Diretorias de Segurança Pública, pela Polícia Militar, por Ordens e Conselhos ou pelas Forças Armadas, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira de Reservista, ou ainda outro documento que, por lei federal, tenha validade e possibilite a conferência da digital, da fotografia e da assinatura do candidato.

10.3. O candidato estrangeiro deverá apresentar a Cédula de Identidade de estrangeiro, permanente ou temporária, ou Passaporte, ambos com foto. Esses documentos devem estar atualizados.

10.4. O candidato que fizer uso de meios fraudulentos em qualquer das etapas do certame será automaticamente eliminado do Processo Seletivo descrito neste edital.

11. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DO HISTÓRICO ESCOLAR

11.1. O cálculo de avaliação do histórico escolar será obtido por meio da média simples, calculada com base nas notas das componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, ou equivalentes.

11.2. Para instituições de ensino que usam outros conceitos e/ou outros critérios de índice de rendimento, caberá à Comissão de Seleção definir as notas para compor a avaliação do histórico escolar proveniente de cada instituição.

11.3. O cálculo de avaliação do histórico escolar será obtido conforme seguinte fórmula:

$$\frac{\sum_{i=1}^n MfP_i + \sum_{j=1}^n MfM_j}{2n}$$

onde, *MfP* são as médias finais da componente curricular de Língua Portuguesa, ou equivalente e *MfM* as médias finais da componente curricular Matemática, ou equivalente.

12. DO NOME SOCIAL

12.1. Considerando a Resolução CNCD-LGBT n.º 12, de 16 de janeiro de 2015, as pessoas travestis e transexuais e todas aquelas pessoas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais terão, mediante requerimento, o direito de optar pela utilização de seu nome social.

12.2. O requerimento estará disponível no Anexo XIII do edital e deverá ser protocolado, em data prevista no cronograma (Anexo II), no setor de protocolo ou equivalente do *campus*.

12.2.1. O requerimento de inclusão do nome social será considerado apenas para efeito de inscrição no processo seletivo corrente, não sendo seu uso válido para outro fim dentro da instituição de ensino.

12.2.2. Para candidatos menores de 18 anos, será exigido, no ato da entrega do formulário de inclusão do nome social, autorização dos pais ou responsável.

12.3. A não solicitação implica a não concessão de atendimento especial no dia da realização das provas.

13. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO FINAL

13.1. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:

- a) deixar de enviar o histórico escolar;
- b) obtiver nota menor que 5, conforme cálculo do item 11.3;

13.2. O resultado final do Processo Seletivo se dará por meio de uma lista relacionada, por curso e forma de articulação, em ordem decrescente da pontuação de todos os candidatos inscritos, explicitando os classificados por reserva de vagas, ações afirmativas e ampla concorrência.

13.3. O preenchimento das vagas de cada modalidade de ensino dar-se-á por meio de processo classificatório, obedecendo ao tipo de concorrência e à ordem decrescente do total de pontos obtidos pelo candidato, de acordo com o número de vagas oferecidas para cada curso.

13.4. Considera-se aprovado o candidato classificado dentro do número de vagas oferecidas, respeitada a ordem decrescente de pontuação e o tipo de concorrência.

13.5. Em caso de empate terá preferência o candidato que:

- a) for idoso, conforme exige o parágrafo único do artigo 27 da Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) obtiver maior número de pontos no somatório da componente curricular de Matemática;
- c) obtiver maior número de pontos no somatório da componente curricular de Língua Portuguesa;
- d) tiver maior idade.

14. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

14.1. O resultado provisório será divulgado em data prevista no cronograma (Anexo II), no site <http://lagoa.ifto.edu.br/>.

14.2. Caberá recurso à Comissão contra:

- a) o resultado preliminar da documentação referente à reserva de vagas e ações afirmativas;
- b) o resultado preliminar da análise do histórico escolar.

14.3. O candidato poderá protocolar recurso, em formulário próprio disponível no site <http://lagoa.ifto.edu.br/>, em data prevista no cronograma (Anexo II).

14.3.1. Não será aceito recurso via postal, fax e/ou correio eletrônico, sob pena de ser preliminarmente indeferido. Também serão indeferidos recursos não preenchidos em formulário próprio determinado por este edital.

14.3.2. O resultado definitivo será divulgado em data prevista no cronograma (Anexo II), no site <http://lagoa.ifto.edu.br/>.

14.4. O resultado final do Processo Seletivo será divulgado pela Comissão no site <http://lagoa.ifto.edu.br/> na data provável prevista no cronograma (Anexo II).

15. DAS MATRÍCULAS

15.1. Os candidatos APROVADOS no Processo Seletivo para ingresso no segundo semestre letivo de 2018, conforme ordem decrescente de pontuação e obedecendo ao número de vagas oferecidas no edital, em lista nominal de primeira chamada, deverão efetuar suas matrículas no Setor de Registros Escolares do *campus* Avançado Lagoa da Confusão, acompanhado pelos pais ou responsável, quando o candidato for menor de 18 anos, conforme Anexo II - CRONOGRAMA.

15.2. No caso de impossibilidade de comparecimento do candidato ou dos pais ou responsáveis por candidato menor de 18 anos, a matrícula poderá ser efetuada por procuração específica.

15.3. Caso não sejam preenchidas todas as vagas oferecidas, será divulgada uma segunda e terceira chamadas pela comissão, se houver necessidade no preenchimento das vagas.

15.3.1. Caso não sejam preenchidas todas as vagas, após a realização de todas as chamadas previstas neste edital, o IFTO *campus* Avançado Lagoa da Confusão, convocará os candidatos SUPLENTEs, conforme o item 15.2.

15.4. A documentação necessária para os candidatos aprovados efetuarem a matrícula, conforme o Anexo II – CRONOGRAMA, é a seguinte:

15.4.1. Cursos técnicos concomitantes ao ensino médio

- a) uma foto colorida de 3x4 cm recente;
- b) certidão de nascimento ou casamento (original);
- c) certificado escolar do ensino fundamental ou equivalente (original),
- d) histórico escolar do ensino fundamental (original);
- e) comprovante de matrícula do ensino médio (original);

- f) documento de identificação (original);
- g) CPF (original) ou comprovação de inscrição no CPF, ou documento de identificação que conste o número do CPF;
- h) cópia do título de eleitor (original), para candidatos maiores de dezoito anos;
- i) comprovante de quitação eleitoral de todos os turnos da última eleição (original), ou certidão de quitação eleitoral emitida pelo site do TSE, para candidatos maiores de dezoito anos;
- j) documento de quitação com serviço militar com validade vigente, para candidatos do sexo masculino com idade entre 18 e 45 anos (original);
- k) comprovante de endereço residencial;
- l) requerimento de nome social para aqueles cuja identificação civil não reflita sua identidade de gênero e, por conseguinte, desejem ser reconhecidos pelo nome social, em consonância com o prescrito na Resolução n.º 12, de 16 de janeiro de 2015.

15.4.2. Cursos técnicos subsequentes ao ensino médio

- a) uma foto colorida de 3x4 cm recente;
- b) certidão de nascimento ou casamento (original);
- c) certificado escolar do ensino médio ou equivalente (original);
- d) histórico escolar do ensino médio (original);
- e) documento de identificação (original);
- f) CPF (original) ou comprovação de inscrição no CPF, ou documento de identificação que conste o número do CPF;
- g) cópia do título de eleitor (original);
- h) comprovante de quitação eleitoral de todos os turnos da última eleição (original), ou certidão de quitação eleitoral emitida pelo site do TSE, para candidatos maiores de dezoito anos;
- i) documento de quitação com serviço militar com validade vigente, para candidatos do sexo masculino com idade entre 18 e 45 anos (original);
- j) comprovante de endereço residencial;
- k) requerimento de nome social para aqueles cuja identificação civil não reflita sua identidade de gênero e, por conseguinte, desejem ser reconhecidos pelo nome social, em consonância com o prescrito na Resolução n.º 12, de 16 de janeiro de 2015.

15.4.3. No caso de candidato menor de 18 anos, somente será realizada a matrícula pelos pais ou responsável com procuração específica.

15.4.4. Quanto à exigência do histórico escolar, será aceita matrícula do estudante que apresentar comprovante de solicitação do documento na instituição em que realizou o ensino médio, por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, até a entrega do original, sob pena de cancelamento da vaga.

15.4.5. Não será exigido o histórico escolar no caso de estudantes que apresentem certificação de conclusão do ensino médio pelo ENEM e outros meios de certificação que não possuam histórico.

15.4.6. A certidão de quitação eleitoral emitida pelo *site* do TSE poderá estar sujeita à validação, sob pena de cancelamento da vaga, caso seja inválida.

15.4.7. Somente será considerado como documento de identificação aquele expedido pela Secretaria de Segurança Pública, pela Polícia Militar, por ordens e conselhos ou pelas Forças Armadas, carteira de habilitação, ou ainda outro documento que, por lei federal, tenha validade nacional e possibilite a conferência da fotografia e da assinatura do candidato.

15.5. No caso de documento de identificação ainda não recebido, será aceito comprovante de solicitação (original), pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, até a apresentação do original;

15.6. O candidato estrangeiro deve apresentar passaporte atualizado e/ou documento de identidade de estrangeiro, permanente ou temporário, atualizado, ou fotocópia do protocolo do processo, bem como histórico escolar do ensino médio ou equivalente (original) e certificado escolar do ensino médio ou equivalente (original), traduzido para a língua portuguesa por tradutor oficial o juramentado.

15.7. Em caso de perda, furto ou roubo de certidão de nascimento ou casamento e/ou documento de identificação, o candidato deverá apresentar, no dia da realização da matrícula, Boletim de Ocorrência Policial – BO –, emitido em, no máximo, 15 (quinze) dias antes da matrícula, e deverá assinar termo de compromisso no qual assumirá a responsabilidade de providenciar 2ª via de sua documentação perdida, furtada ou roubada em até 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da vaga.

15.8. O candidato selecionado que não efetuar a matrícula no período fixado ou que não apresentar a totalidade dos documentos exigidos no ato da matrícula terá sua vaga cancelada e **não** será incluído nas chamadas seguintes, se houver, sendo chamado outro em seu lugar, conforme ordem de classificação.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A Comissão terá a responsabilidade de zelar pela disciplina e lisura do Processo Seletivo; para tanto, poderá utilizar-se de todos os meios admitidos em direito para sua garantia.

16.2. A inscrição no presente Processo Seletivo implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita de suas normas e exigências, sem direito algum a compensações, caso ocorra anulação ou cancelamento da inscrição, eliminação do processo seletivo ou, ainda, não aproveitamento por falta de vagas ou por inobservância dos ditames e dos prazos fixados.

16.3. **A Comissão divulgará, sempre que necessário, avisos oficiais e normas complementares ao presente edital, no site <http://lagoa.ifto.edu.br/>.**

16.3.1. É de inteira responsabilidade do candidato ficar atento quanto a qualquer comunicação.

16.4. Estará automaticamente ELIMINADO o candidato que utilizar quaisquer meios ilícitos para inscrição ou matrícula.

16.5. Os candidatos que forem aprovados e efetuarem suas matrículas estão cientes de que frequentarão suas aulas no *campus* Avançado Lagoa da Confusão e também da possibilidade de serem oferecidas aulas aos sábados, períodos de férias e em turnos diferentes dos dispostos nos subitens do item 4.

16.6. A efetivação da matrícula implica a aceitação, por parte do estudante, dos regulamentos existentes para os cursos técnicos do IFTO *campus* Avançado Lagoa da Confusão, bem como de outras normas institucionais e disciplinares.

16.7. Qualquer irregularidade (fraude, quebra de sigilo, entre outras semelhantes) cometida por servidores (professores e técnicos administrativos) e estudantes do IFTO *campus* Avançado Lagoa da Confusão, constatada antes, durante ou após o Processo Seletivo, será objeto de sindicância, inquérito administrativo e/ou policial, nos termos da legislação pertinente (normas do Regime Jurídico Único e demais normas complementares em vigor), estando o infrator sujeito às penalidades previstas na respectiva legislação.

16.8. Casos omissos neste edital serão julgados pela Comissão do processo seletivo e, em última instância administrativa, a Reitoria do IFTO.

16.9. As aulas do segundo semestre letivo 2018 ocorrerão de acordo com o calendário escolar do *campus* Avançado Lagoa da Confusão, aprovado pelo Conselho Superior do IFTO, cumprindo a carga horária estabelecida para os cursos na legislação educacional vigente.

Jardel Barbosa dos Santos
Diretor do IFTO - *campus* Avançado Lagoa da Confusão




Documento assinado eletronicamente por **Jardel Barbosa dos Santos, Diretor**, em 08/06/2018, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0378794** e o código CRC **060CC49E**.

ANEXOS AO EDITAL N.º 03/2018/LCO/REI/IFTO, DE 07 DE JUNHO DE 2018

- ANEXO I – Quadro de endereços e horários de funcionamento;
- ANEXO II – Cronograma de execução do processo seletivo;
- ANEXO V– Documentação e informações para reserva de vaga;
- ANEXO VI – Formulário de autodeclaração de cor/etnia;
- ANEXO VIII – Documentação e informações para ações afirmativas;
- ANEXO IX – Formulário de declaração de ações afirmativas;
- ANEXO XIII – Formulário de nome social;
- Anexo XV - Quadro de cursos e vagas.

 Rua João Maximino de Alencar, nº 728, Centro
CEP 77.493-000 Lagoa da Confusão - TO
(63) 3364.1571
lagoa.ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.015328/2018-18

SEI nº 0378794